

# A salvaguarda, estudo e valorização de monumentos megalíticos na Região Centro

Gertrudes Branco

Arqueóloga – CCDR Centro, Universidade de Évora, CHAIA/UÉ [2023]  
– Research financed with Nacional Funds through FCT – Portuguese  
Foundation for Science and Technology, within the scope of the fallow  
projects: Ref.<sup>a</sup> UIDB/00112/2020

## Resumo:

O nosso contributo reflete sobre o aporte dos trabalhos arqueológicos, efetuados no âmbito da salvaguarda, estudo e valorização, para o conhecimento e inventariação dos monumentos megalíticos existentes na Região Centro, tendo por base a informação constante do *Portal do Arqueólogo*, gerido e atualizado pelo Património Cultural I.P.

**Palavras Chave:** Monumentos megalíticos, gestão, inventariação, Região Centro.

## Abstract:

Our contribute reflects on the contribution of archaeological work, carried out in the context of safeguarding, study and enhancement, to the knowledge and inventory of existing megalithic monuments in the Central Region, based on the information contained in *Portal do Arqueólogo*, managed by the Património Cultural I.P.

**Keywords:** Megalithic monuments, management, inventory, Central Region.

## Enquadramento Regional

"Em poucas dezenas de quilómetros está representado o mundo todo: amenidade e braveza, a montanha e o vale, a civilização e a selvajaria" (Aquilino Ribeiro, em entrevista, *apud* Almeida *et al.*: 2003). São as palavras de Aquilino Ribeiro que expressam a diversidade de paisagens que podemos encontrar na Região Centro.

Esta encontra-se delimitada a ocidente pelo Oceano Atlântico e a oriente pela fronteira administrativa com Espanha. Por ela escoam as águas das bacias hidrográficas de alguns dos mais importantes rios ibéricos e nacionais (Tejo, Douro, Mondego, Vouga e Lis) que correm em vales, muitas vezes encaixados, no maciço central, onde podemos encontrar algumas das principais cadeias montanhosas do país (Montemuro, Açor, Lousã, Serra de Aire e Buçaco), que culminam no ponto mais alto da Serra da Estrela.

É nesta região que se cruza o norte Atlântico e sul Mediterrâneo, como bem definiu Orlando Ribeiro (1945). Deste cruzamento resulta uma diversidade de paisagens naturais (e culturais), que, Alexandre Cancela d'Abreu (2004), individualiza em seis grupos, compostos (Figura 1) por trinta unidades de paisagem, tão diversificadas como o ondulado suave do planalto granito de Penedono (a uma altitude superior a 600m), passando pela paisagem húmida, plana e aberta da Ria de Aveiro, ou pelos cabeços arredondados da Serra da Malcata (1075m), apenas para mencionar alguns exemplos das paisagens contrastantes que caracterizam a Região Centro. Esta diversidade responde, e corresponde, aos contrastes geomorfológicos e ambientais, que, certamente, influenciaram as relações bióticas e as estratégias adaptativas, que as comunidades humanas adoptaram, nestes diferentes territórios, ao longo dos séculos.

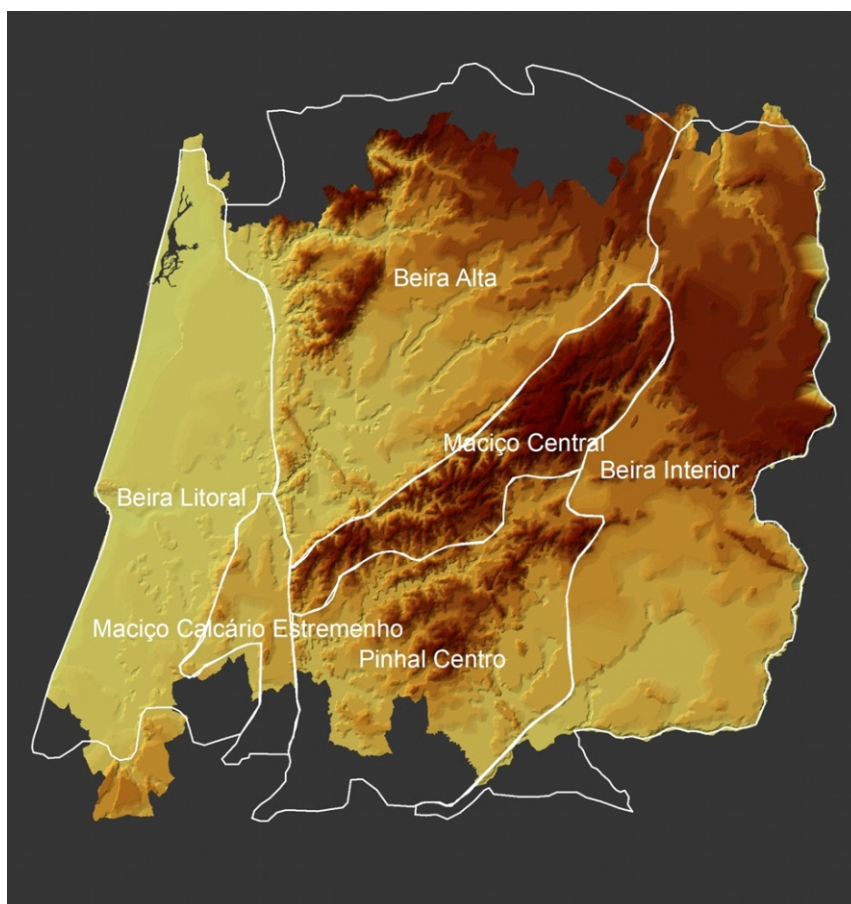


Figura 1 – Grupos de Unidades de Paisagem da Região Centro, de acordo com Alexandre Cancela d'Abreu et al, 2004. Informação cartográfica disponibilizada pela Direção-Geral do Território

No que respeita a divisão administrativa, aquela que baliza os limites da nossa pesquisa, esta é composta pelos 77 concelhos, delimitados a noroeste – pelo concelho de Ovar, a nordeste – pelo concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a sudoeste – pelo concelho de Porto de Mós, e a sudeste – pelo concelho de Idanha-a-Nova.

Estes encontram-se distribuídos por seis NUTS III (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), territorialmente afetos à gestão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro I.P. (CCDRC I.P.), a saber: Região de Aveiro; Viseu Dão Lafões; Beira Baixa; Região de Coimbra; Região de Leiria; Beiras e Serra da Estrela.

## Megalitismo na Região Centro

No atual contexto legislativo compete ao Património Cultural I.P., organismo sob superintendência e tutela da área governativa da cultura, em articulação com outras entidades, designadamente as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I. P., as autarquias e outras entidades públicas e privadas, a salvaguarda do Património Arqueológico, de acordo com o previsto na Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Entre as competências atribuídas (Portaria n.º 388/2023, de 23 de novembro) é dever do Património Cultural I.P. organizar e manter atualizado o inventário do Património Arqueológico, do qual constam, atualmente, 36.890 sítios arqueológicos terrestres e 2.229 sítios arqueológicos subaquáticos. Esta atribuição prossegue as diretivas constantes da Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 6 de janeiro de 1992, que impele os estados subscritores à "(...) *manutenção de um inventário do seu património arqueológico e classificação de monumentos e de zonas de proteção* (...)" (alínea i, art. 2.º), e é consultável através do *Portal do Arqueólogo* (disponível em: (<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>)).

Foi este inventário que, limitado pelo horizonte temporal dos últimos 10 anos (2014 a 2023), e circunscrito à divisão administrativa da Região Centro, serviu de base à nossa pesquisa documental. Esta restringiu-se à procura, no campo "*Tipo de Sítio*", das expressões "*Mamoa*", "*Anta/dólmen*", "*Monumento megalítico*" e "*Menir*", considerando que, dentro da lista de termos comportadas pelo inventário, são as que melhor enquadram o polimorfismo das representações funerárias abrangidas pela designação de "*Megalitismo*". Ao longo do texto, optamos por agregar estas diferentes tipologias sob a designação genérica de "*Monumento megalítico*".

Este exercício aponta-nos para a existência de 1.176 monumentos megalíticos funerários inventariados na Região Centro, 1.046 dos quais se encontram georreferenciados no *GeoPortal*, disponibilizado *on-line* pelo Património Cultural I.P.

Com base nestes dados podemos correlacionar a localização dos monumentos megalíticos com diferentes variáveis existentes na Região Centro, algumas das quais abordadas neste texto, nomeadamente administrativas (concelhos, NUTS) e ambientais (unidades de paisagem), entre tantas outras (Tabela 1). Contudo, este é um exercício especulativo, representativo de uma tendência, que não pode ser confundida com a realidade, e que deve acautelar as ilações de natureza crono-cultural.

| Unidade de Paisagem                    | MM  | Unidade de Paisagem                         | MM |
|----------------------------------------|-----|---------------------------------------------|----|
| Alto Paiva e Vouga                     | 145 | Pinhal Interior                             | 99 |
| Bairrada                               | 13  | Pinhal Litoral – Aveiro - Nazaré            | 11 |
| Baixo Paiva                            | 6   | Planalto da Beira Transmontana              | 5  |
| Beira Baixa – Tejo Internacional       | 121 | Planalto de Penedono                        | 0  |
| Beira Litoral: Leiria – Ourém - Soure  | 1   | Ria de Aveiro e Baixo Vouga                 | 0  |
| Campinas de Idanha                     | 4   | Serra da Arada                              | 28 |
| Castelo Branco – Penamacor - Idanha    | 18  | Serra da Estrela                            | 4  |
| Coimbra e Baixo Mondego                | 0   | Serra de Montemuro                          | 38 |
| Cova da Beira                          | 4   | Serra do Caramulo                           | 53 |
| Cova de Celorico                       | 1   | Serras da Gardunha, de Alvelos e do Moradal | 47 |
| Dão e Médio Mondego                    | 123 | Serras da Lousã e Açor                      | 98 |
| Maciço calcário: Coimbra - Tomar       | 9   | Serras de Aires e Candeeiros                | 0  |
| Montes Ocidentais da Beira Alta        | 77  | Serras de Leomil e Lapa                     | 72 |
| Mosaico Agroflorestal – Castelo Branco | 7   | Tejo Superior e Internacional               | 37 |
| Penha Garcia e Serra da Malcata        | 14  | Vale do Zêzere                              | 11 |

Tabela 1 – Contabilização dos Monumentos Megalíticos (MM) por unidade de paisagem.  
(Fonte: GeoPortal)

Os sítios inventariados são uma amostragem dos monumentos conhecidos até ao momento, muitos terão sido destruídos ao longo dos séculos, muitos serão registados e descobertos num futuro próximo, com o aprimorar das tecnologias de pesquisa. Se quisermos tirar uma ilação, que seja a da mais valia para o conhecimento, que advém do maior investimento em investigação, feito, de forma diferenciada, nas diferentes geografias representadas, em consonância com o maior, ou menor, interesse dos investigadores pelos territórios e realidades crono-culturais neles inscritas.

## Estudo, proteção e valorização

O propósito do nosso contributo não se prende com qualquer estudo ou consideração de natureza crono-cultural. A abordagem que fazemos aos monumentos megalíticos da Região Centro procura, em primeiro lugar, sublinhar a sua forte presença neste território, e alerta para a necessária da sua qualificação, no âmbito de intervenções de estudo, proteção e valorização, conforme concebidas na Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Neste ponto importa referir que o *Portal do Arqueólogo* para além dos sítios arqueológicos, terrestres e subaquáticos, regista, igualmente, os trabalhos neles efetuados e o projetos que os enquadram. Esta informação permite-nos estimar, aproximadamente, as intervenções efetuadas em cada um dos 1.176 sítios arqueológicos registados na Região Centro, e, simultaneamente, identificar, de forma exemplar, os pontos focais que contribuem para o aumento do conhecimento destes monumentos, em paralelo, muitas vezes, com intervenções que culminam na sua destruição, comprometendo o legado devido às gerações vindouras, e testemunhando a ausência de uma política nacional destinada ao estudo, proteção e valorização do património arqueológico.

Para melhor compreensão dos dados apresentados, esclarecemos: integramos no âmbito dos "estudos" os trabalhos efetuados no âmbito de Projetos de Investigação Plurianuais de Arqueologia; a "proteção" contabiliza os trabalhos efetuados no âmbito de intervenções preventivas, de minimização e emergência; no campo "valorização" registamos os trabalhos efetuados com o intuito de permitir a divulgação e fruição pública dos monumentos, e em "outros" apontamos as restantes intervenções, nomeadamente, de monitorização e realocização. Eventualmente, algumas das intervenções podem incluir-se em mais do que uma categoria, durante mais do que um ano, e assim foram contabilizadas.

| Estudo | Proteção       |            |           | Valorização | Outros |
|--------|----------------|------------|-----------|-------------|--------|
|        | Acompanhamento | Prospecção | Escavação |             |        |
| 83     | 4              | 179        | 7         | 13          | 29     |

Tabela 2 – Contabilização da totalidade dos trabalhos arqueológicos realizados em monumentos megalíticos.

Na última década totalizamos 315 trabalhos arqueológicos em 267 (22,7%) monumentos megalíticos. Estas intervenções localizaram-se em 23, dos 77 concelhos existentes na Região Centro. Atendendo ao facto de 23 concelhos não possuírem qualquer monumento megalítico registado, os restantes 31 concelhos, na última década, não efetuaram e/ou beneficiaram de qualquer ação de estudo, proteção e/ou valorização dos monumentos existentes no seu território.

A propósito dos dados compilados, mais uma vez salvaguardando que são os constantes do *Portal do Arqueólogo*, aprez referir, de forma exemplar, daquelas que são as intervenções realizadas nos monumentos megalíticos da Região Centro.

No capítulo "estudo", os trabalhos arqueológicos contabilizados resultaram, na sua grande maioria (76%), de trabalhos de prospecção arqueológica efetuados na região de Dão-Lafões, ao abrigo dois projetos sequenciais de investigação plurianuais de arqueologia, o primeiro - *LAFÕES: Estudo do Património Histórico-Arqueológico de Vouzela* (2016/2020) – liderado pelo investigador responsável Manuel Real, e o segundo - *MEGA Lafões: Megálitos, espaços, gentes e ambiente nas manifestações tumulares pré e proto-históricas de Lafões* (2020/2023) – liderado por António Faustino de Carvalho.

De acordo com os dados que se encontram registados no *Portal do Arqueólogo*, ambos os projetos contribuíram para a (re)localização de 63 monumentos megalíticos, 12 dos quais foram objeto de escavação arqueológica.

Atendendo aos valores apresentados pelo investigador (Carvalho, 2023), estes números são meramente indicativos, testemunham a desatualização do *Portal do Arqueólogo*, e as dificuldades sistemáticas da tutela em cumprir aquelas que são as suas competências legalmente atribuídas, nomeadamente, as respeitantes à atualização dos inventários patrimoniais.

Afastando-nos desta questão, importa realçar nestes projetos a relação que estabelecem a salvaguarda, facultada pela inventariação sistemática do património arqueológico, que se torna válida e disponível para outros investigadores, para outros projetos, e, inclusive para os instrumentos de gestão territorial dos municípios abrangidos, sem descorar a componente científica, de cariz histórico-culturalista, que auxilia a construção da história destes territórios.

Estes projetos visam: "*aprofundar e sistematizar de modo uniforme os abundantes dados de terreno, tanto antigos como recém-obtidos, de que se dispõe hoje em Lafões*" (Carvalho et al, 2022: 77). Para o efeito, beneficiaram do desaparecimento temporário da densa cobertura vegetal da região, ocorrida na sequência dos trágicos incêndios de 2017, o qual permitiu a relocalização de monumentos que se julgavam destruídos, e a descoberta de inúmeros outros sítios que permaneciam desconhecidos da arqueologia.

Ainda no capítulo restrito do "estudo" do megalitismo da Região Centro, refram-se os dois projetos liderados pelo falecido Professor Doutor João Carlos de Senna-Martinez para a Plataforma do Mondego (Carregal do Sal e Nelas), nomeadamente: *Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego* (2016/2018) e *Antigas Sociedades Camponesas e Megalitismo na Plataforma do Mondego* (2019/2022), que retomam o estudo, interrompido desde 2006, centrado a sua intervenção, fundamentalmente, na escavação da Orca da Travanca, Orca da Lapa do Lobo (Figura 2), Monumento da Víbora e Dólmen de Troviscos<sup>1</sup>.



Figura 2 – Orca da Lapa do Lobo, Nelas. Fotografia da escavação (©Branco, 2018)  
Projeto: *Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego* (2016/2018)

No capítulo da "proteção" contabilizamos os trabalhos arqueológicos efetuados em monumentos megalíticos, incluídas na Categoria C e D do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, dividindo-os por tipo de trabalho: acompanhamento, prospeção e escavação.

Com os dados disponíveis, é notória a escassez de referências aos monumentos megalíticos no âmbito do acompanhamento arqueológico. Estes são referidos, fundamentalmente, no âmbito dos trabalhos de prospeção arqueológica efetuada aquando da realização de estudos de impacte ambiental. Podemos deduzir que uma vez identificados em fase de estudo, a sua afetação é evitada em fase de obra, daí a sua ausência dos registos de acompanhamento arqueológico, e inclusive de escavação? Provavelmente, a resposta encontre-se apenas nas diferentes dimensões dos territórios perscrutados pelos diferentes tipos de trabalho.

Neste capítulo, mais uma vez, a tónica na componente da prospecção e da inventariação, para relevar o contributo dos trabalhos efetuados, em 2021, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Tondela, pelo arqueólogo municipal (Dr. Jorge Arrais).

Este trabalho contribuiu para a inventariação de 81 monumentos megalíticos. É um trabalho sistemático de (re)localização dos sítios arqueológicos existentes no município, tendo a pesquisa documental, e a prospeção sistemática, sido *"acompanhada de novas interpretações do respetivo regulamento [do Plano Diretor Municipal], criando diretrizes atualizadas para a preservação e salvaguarda do património do Concelho de Tondela"*. Contudo, é mais do que isso, é um dos escassos exemplos de investimento municipal na inventariação do seu património. É o sistematizar do conhecimento histórico e arqueológico de um território, que, de forma demasiado discreta e silenciosa, é compilado ao longo de anos, pelo arqueólogo municipal, que demora em divulgar e publicar, mas cujo volume e importância do seu trabalho não pode, nem deve, ser subestimado.

A *"conservação pelo registo científico"*, através de ações de escavação dos monumentos megalíticos, tem tido pouca representatividade na Região Centro. Tal significa que estamos a encontrar soluções para a salvaguarda destes monumentos, ou apenas que estes estão a ser destruídos em total desconhecimento?

A propósito refira-se que, de acordo com a informação que nos foi cedida, de modo gracioso, pelo ICNF, as áreas ardidas nesta região, entre 2017 e 2022, coincidiram com a localização de 272 monumentos megalíticos. Não é o impacte dos incêndios que faz perigar a sua preservação, são as ações subsequentes, nomeadamente a abertura de acessos, para permitir o corte mecânico e transporte da madeira, e as ações de surriba necessárias à atividade de reflorestação.

Um dos exemplos de salvaguarda, pela escavação, de um monumento megalítico, encontra-se na intervenção da Moita da Galinha (2021). A equipa do Campo Arqueológico de Proença-a-Nova, liderado pelo Doutor João Caninas procura conhecer e caracterizar o monumento, do ponto de vista da sua arquitetura e rituais funerários, provendo, simultaneamente, as condições necessárias à sua preservação, incluindo a negociação com o proprietário para o afastamento de um caminho, que passa no limite, a colocação de um painel explicativo, terminando na reconstrução parcial desta estrutura. Alia-se conhecimento, salvaguarda, fruição e educação patrimonial, a uma situação, que no reverso, resultaria na irremediável destruição de um bem patrimonial (Caninas *et al*, 2021).

Ainda neste capítulo, pela importância dos resultados obtidos referimos a intervenção na Mamoa 1 e 3 do Casarão, em Águeda (Figura 3). Estes monumentos foram identificados no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Parque Empresarial do Casarão, bastante destruídos por ações prévias de desmatagem e ripagem do terreno, tendo sido, integralmente, escavados em 2015/2016, pela equipa liderada pelo arqueólogo Miguel Jorge Gomes Tavares de Almeida.

Sobre a intervenção, refere o responsável: *"No que respeita ao espólio arqueológico, os trabalhos realizados nesta Mamoa 1 do Casarão revelaram um conjunto artefactual significativo, de que se destaca a frequência de objectos líticos talhados, maioritariamente em sílex (...) Não menos importante surge a*

*presença de placas de xisto gravadas, uma das quais com a representação de uma figura humana" (Almeida et al, 2017).*

Um dos monumentos – Mamoia 2 do Casarão – permanece preservada *in situ* no espaço ajardinado do espaço empresarial, sendo objeto de ações de monitorização semestrais.



Figura 3 – "Detalhe da figuração antropomórfica principal da placa gravada nº 74, recuperada na escavação da Mamoia 1 do Casarão, na zona da condenação da porta da câmara funerária." (©Almeida et al, 2017: 11)

O capítulo da valorização do património arqueológico, em concreto das intervenções em monumentos megalíticos, merecia uma extensa reflexão da comunidade arqueológica, à semelhança do que, se fez, e bem, a propósito dos 30 anos da recuperação do Menhir da Meada, em Castelo de Vide.

Entre as temáticas a abordar, listamos a sustentabilidade das intervenções, a médio e longo prazo, o seu enquadramento dentro das dinâmicas patrimoniais, do município e da região, para além, das especificidades a atender pelos projetos, entre os quais o respeito devido ao conjunto de regulamentos legais, e recomendações internacionais, no topo das quais podemos colocar a Carta de Carcóvia, relativa aos Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, datada de 26 de outubro de

2000, da qual consta: "(...) Qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. Os aspetos destrutivos das escavações devem reduzir-se tanto quanto seja possível (...) os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima (...) deve encorajar-se: o recurso a técnicas modernas; a criação de bases de dados; a utilização de sistemas de informação e a utilização de técnicas de apresentação virtual dos sítios (...).»

Em 2023, encontram-se registadas 18 intervenções de valorização do património arqueológico, inseridas na Categoria B do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*. Valor que representa 0,9% das 1.889 autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológico, no âmbito de projetos de arqueologia preventiva e de minimização (Categoria C). Ao longo da última década, registaram-se, como tal, 13 intervenções de valorização na Região Centro. São números que merecem reflexão, porque salvaguardamos tanto e apostamos tão pouco em valorização, e, consequentemente em divulgação e educação patrimonial? Somos uma arqueologia de reação a *inputs* externos, não somos uma arqueologia de ação, de antecipação, de planeamento e de valorização.

Sem me alongar numa temática que merece um extenso debate, com diversos intervenientes, bem mais avalizados, referimos dois exemplos registados na região.

Os trabalhos de conservação e restauro nas Mamoas 1 e 3 do Taco (Figura 4), promovidos pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, em 2014 (Carvalho, 2015), e os promovidos pela Câmara Municipal de Aguiar da Beira, no âmbito do projeto de requalificação do Dólmen 1 do Carapito (Figura 5).



Figura 4 – Mamoas 1 do Taco durante os trabalhos de restauro (©Branco, 2015)



Figura 5 – Dólmen 1 do Carapito, Aguiar da Beira (©Branco, 2023).

## Conclusão

Con.clu.são

Acto de concluir

Desfecho

Aquilo que se deduz ou infere

Parte final de um texto ou de uma argumentação, geralmente com resumo das ideias principais.

Estas são algumas das entradas do Dicionário da Língua Portuguesa (*online*), que definem a palavra "*conclusão*", que claramente não se aplica ao contributo redigido, do qual subsistem, sem resposta, um conjunto significativo de interrogações. A escassez dos dados encerra essa conclusão em si mesma, e fragiliza qualquer dedução, que pretenda ir além do registo, para memória futura, de uma realidade datada, que rapidamente ficará desatualizada pelo positivo evoluir do panorama arqueológico nacional (acreditamos).

## Bibliografia

CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (2004) - Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental. Universidade de Évora/DGOTDU.

ALMEIDA, Miguel; MAIA, Carlos; ABRANTES, João Abrantes; COELHO, Sílvia; CORGA, Mónica, e BARRACA, Nuno (2017) – Intervenção de Arqueologia preventiva. Parque Empresarial do Casarão (Casarão, Borralha, Águeda, Aveiro). Relatório policopiado, disponível para consulta no *Portal do Arqueólogo*, p. 349.

ALMEIDA, A., GAMA, A., CRAVIDÃO, F., Cunha, L., & JACINTO, R. (Edits.). (2003). Fragmentos de um retrato inacabado: A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos – Centro de Estudos Geográficos – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CANINAS, J.; GASPAR, I.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, P.; SEQUEIRA, A.; HENRIQUES, F.; BAPTISTA, P.; JOAQUINITO, A.; FONSECA, P.; PIRES, H.; CARVALHO, C. Neto de; MENDES, C.; CARMONA, A. (2021) Campo Arqueológico de Proença-a-Nova: estudo e valorização do megalitismo funerário. *Encontro de Arqueologia do Megalitismo de Viseu Dão Lafões: investigação, conservação, valorização*. Beira Alta, revista de estudos da região. 80 (1-2): Viseu: 153-177.

CARVALHO, António Faustino (2023) - O projeto de reabilitação da Anta da Lapa da Meruje no contexto do estudo e valorização do património megalítico de Vouzela (Viseu). Apresentação. Encontro 30 anos de recuperação do Menhir da Meada. Castelo de Vide, 12-13 de outubro de 2023

CARVALHO, António Faustino; MELO, Daniel; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; SOARES, Filipe Soares; ROCHA, João e PEREIRA, Telmo Pereira (2022) - Novos dados sobre as manifestações tumulares pré e proto-históricas de Lafões: Síntese dos trabalhos de campo de 2016-2021. Beira Alta. Estudos de Arqueologia. Viseu, CIM Viseu Dão-Lafões, Vol. LXXX1, n.º 1 e 2, p. 73-111.

CARVALHO, Pedro Sobral de (2015). Mamoas do Taco (Albergaria-a-velha). Valorização e Dinamização Cultural. Relatório Final. Vol. 1. Trabalhos de Arqueologia, disponíveis *on-line*.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, P.; PEREIRA, A.; MENDES, C. & CARVALHO, E. (2016) - Arqueologia de Proença-a-Nova: estado dos conhecimentos. *Atas do II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco*. Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 447-474.

HENRIQUES, F. coord. (2021) Proença-a-Nova: Arqueologia e Património Construído. Associação e Estudos do Alto Tejo: 231p.

REAL, M. L., CARVALHO, A. F., TENTE, C. (2017) - Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu): objetivos e primeiros resultados, in II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal. 2017: Estado da questão. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 113-123.

RIBEIRO, Orlando (1945) - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Coimbra: Coimbra Editora.